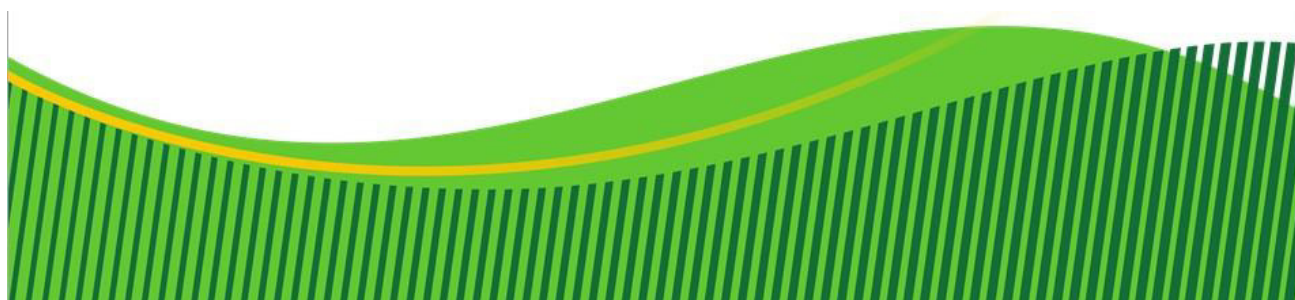


Relatório Anual 2019

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Pioneira RS - Sicredi Pioneira RS

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Pioneira RS - Sicredi Pioneira RS
Nova Petrópolis/RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Pioneira RS - Sicredi Pioneira RS (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Pioneira RS - Sicredi Pioneira RS em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 13 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Pioneira RS - Sicredi Pioneira RS, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Pioneira RS - Sicredi Pioneira RS
CNPJ/MF nº 91.586.982/0001-09

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE	1.870.595	1.970.321	CIRCULANTE	810.315	663.934
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	24.621	27.315	DEPÓSITOS (NOTA 12)	548.166	426.947
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	187.290	26.218	Depósitos à Vista	349.975	268.947
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	187.290	26.218	Depósitos Interfinanceiros	17.905	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	721.523	318.089	Depósitos a Prazo	180.286	158.000
Carteira Própria	721.523	318.089	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	120.551	125.454
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	182.671	954.814	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	-	55
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	97	1	Repasse Interfinanceiros (NOTA 13)	120.551	125.399
Correspondentes no país	603	553	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	5.056	3.923
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	181.971	954.260	Recursos em Trânsito de Terceiros	5.056	3.923
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	634.530	548.181	OUTRAS OBRIGAÇÕES	136.542	107.610
Operações de Crédito	664.836	578.907	Cobrança e Arrecadação de Tributos	283	280
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(30.306)	(30.726)	Sociais e Estatutárias	19.179	17.074
OUTROS CRÉDITOS	103.635	76.490	Fiscais e Previdenciárias	3.564	3.049
Créditos por Avalis e Fianças Honradas (NOTA 07)	573	1.647	Diversas (NOTA 14)	113.516	87.207
Rendas a Receber	2.555	2.566			
Créditos Específicos	448	423			
Diversos (NOTA 07 e 08)	102.042	74.596			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(1.983)	(2.742)			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	16.325	19.214			
Outros Valores e Bens	16.550	19.814			
(Provisão para desvalorização)	(560)	(646)			
Despesas Antecipadas	335	46			
NÃO CIRCULANTE	824.523	545.186	NÃO CIRCULANTE	1.439.485	1.455.558
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	824.523	545.186	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.439.485	1.455.558
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	132.616	80.865	DEPÓSITOS (NOTA 12)	1.379.183	1.438.039
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	132.616	80.865	Depósitos Interfinanceiros	-	16.897
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	592.862	382.268	Depósitos a Prazo	1.379.183	1.421.142
Operações de Crédito	613.457	400.457	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	60.302	17.519
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(20.595)	(18.189)	Repasse Interfinanceiros (NOTA 13)	60.302	17.519
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 07 e 08)	27	9			
Diversos	27	9			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	233	-			
Despesas Antecipadas	233	-			
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	42.591	42.591	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	445.318	396.015
Outros Investimentos	42.591	42.591	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	192.876	185.027
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	36.626	23.846	De Domiciliados no País	198.620	187.488
Imóveis de Uso	8.216	7.755	(Capital a Realizar)	(5.744)	(2.461)
Outras Imobilizações de Uso	52.717	37.362	RESERVAS DE SOBRAS	221.580	181.567
(Depreciação acumulada)	(24.307)	(21.271)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	30.862	29.421
INTANGÍVEL (NOTA 11)	19.568	15.607			
Outros Ativos Intangíveis	37.353	29.154			
(Amortização acumulada)	(17.785)	(13.547)			
TOTAL DO ATIVO	2.695.118	2.515.507	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.695.118	2.515.507

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Pioneira RS - Sicredi Pioneira RS
CNPJ/MF nº 91.586.982/0001-09

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	139.969	1	139.970	271.427	5	271.432	220.286	5	220.291
Operações de Crédito	120.760	1	120.761	236.988	5	236.993	197.605	5	197.610
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	19.206	-	19.206	34.434	-	34.434	22.679	-	22.679
Resultado das Aplicações Compulsórias	3	-	3	5	-	5	2	-	2
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(59.559)	(215)	(59.774)	(123.289)	(418)	(123.707)	(125.957)	(206)	(126.163)
Operações de Captação no Mercado	(41.116)	(215)	(41.331)	(86.310)	(418)	(86.728)	(88.515)	(206)	(88.721)
Operações de Empréstimos e Repasses	(4.478)	-	(4.478)	(8.397)	-	(8.397)	(8.973)	-	(8.973)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(13.965)	-	(13.965)	(28.582)	-	(28.582)	(28.469)	-	(28.469)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	80.410	(214)	80.196	148.138	(413)	147.725	94.329	(201)	94.128
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(41.052)	9.020	(32.032)	(68.023)	16.749	(51.274)	(23.632)	13.130	(10.502)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	10.393	18.272	28.665	20.697	34.923	55.620	18.951	26.010	44.961
Rendas de Tarifas Bancárias	14.152	-	14.152	27.303	-	27.303	24.420	-	24.420
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(32.484)	(3.364)	(35.848)	(62.381)	(6.766)	(69.147)	(56.219)	(4.647)	(60.866)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(34.005)	(4.373)	(38.378)	(64.877)	(8.206)	(73.083)	(51.376)	(6.374)	(57.750)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(77)	(901)	(978)	(144)	(1.719)	(1.863)	(130)	(1.282)	(1.412)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	22.915	925	23.840	55.754	1.290	57.044	78.632	1.438	80.070
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(21.946)	(1.539)	(23.485)	(44.375)	(2.773)	(47.148)	(37.910)	(2.015)	(39.925)
RESULTADO OPERACIONAL	39.358	8.806	48.164	80.115	16.336	96.451	70.697	12.929	83.626
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(866)	33	(833)	(1.938)	164	(1.774)	(1.052)	291	(761)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	38.492	8.839	47.331	78.177	16.500	94.677	69.645	13.220	82.865
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	89	89	-	(2.070)	(2.070)	-	558	558
Provisão para Imposto de Renda	-	71	71	-	(1.265)	(1.265)	-	369	369
Provisão para Contribuição Social	-	18	18	-	(805)	(805)	-	189	189
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(4.664)	-	(4.664)	(9.445)	-	(9.445)	(7.868)	-	(7.868)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	33.828	8.928	42.756	68.732	14.430	83.162	61.777	13.778	75.555
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	14.430	(14.430)	-	13.778	(13.778)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	33.828	8.928	42.756	83.162	-	83.162	75.555	-	75.555
DESTINAÇÕES	-	-	-	(52.300)	-	(52.300)	(46.134)	-	(46.134)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(8.858)	-	(8.858)	(9.037)	-	(9.037)
Fates - Estatutário	-	-	-	(3.429)	-	(3.429)	(3.269)	-	(3.269)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(34.290)	-	(34.290)	(32.690)	-	(32.690)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(5.723)	-	(5.723)	(1.138)	-	(1.138)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	30.862	-	30.862	29.421	-	29.421

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Pioneira RS - Sicredi Pioneira RS

CNPJ/MF nº 91.586.982/0001-09

	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	177.387	147.739	-	17.435	342.561
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	2.972	-	-	(14.882)	(11.910)
Destinações para reservas	-	-	1.403	(1.403)	-
Outras destinações	-	-	-	(1.150)	(1.150)
Aumento de capital	13.053	-	-	-	13.053
Baixas de capital	(17.284)	-	-	-	(17.284)
Reversões de reservas	-	-	(1.403)	-	(1.403)
Resultado do período	-	-	-	75.555	75.555
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(3.269)	(3.269)
Reserva Legal - Estatutária	-	32.690	-	(32.690)	-
Juros sobre o Capital Próprio	8.899	-	-	(9.037)	(138)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.138	-	(1.138)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	185.027	181.567	-	29.421	396.015
Mutações do Período	7.640	33.828	-	11.986	53.454
Saldos no início do período em 01/01/2019	185.027	181.567	-	29.421	396.015
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	5.417	-	-	(27.121)	(21.704)
Outras destinações	-	-	-	(291)	(291)
Fundo Social	-	-	-	(2.009)	(2.009)
Capital de associados					
Aumento de capital	14.979	-	-	-	14.979
Baixas de capital	(21.263)	-	-	-	(21.263)
Resultado do período	-	-	-	83.162	83.162
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(3.429)	(3.429)
Reserva Legal - Estatutária	-	34.290	-	(34.290)	-
Juros sobre o Capital Próprio	8.716	-	-	(8.858)	(142)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	5.723	-	(5.723)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	192.876	221.580	-	30.862	445.318
Mutações do Período	7.849	40.013	-	1.441	49.303
Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)	186.132	181.566	-	40.407	408.105
Capital de associados					
Aumento de capital	7.663	-	-	-	7.663
Baixas de capital	(9.635)	-	-	-	(9.635)
Resultado do período	-	-	-	42.756	42.756
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(3.429)	(3.429)
Reserva Legal - Estatutária	-	34.291	-	(34.291)	-
Juros sobre o Capital Próprio	8.716	-	-	(8.858)	(142)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	5.723	-	(5.723)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	192.876	221.580	-	30.862	445.318
Mutações do Período	6.744	40.014	-	(9.545)	37.213

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Pioneira RS - Sicredi Pioneira RS
CNPJ/MF nº 91.586.982/0001-09

	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	45.372	91.147	89.220
Resultado do semestre/exercício	42.756	83.162	75.555
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	2.616	7.985	13.665
Provisão para operações de crédito	1.231	1.985	6.352
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(116)	(86)	196
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	262	(758)	1.674
Depreciação do imobilizado de uso	2.772	5.324	3.788
Amortização do intangível	2.296	4.238	2.938
Baixas do ativo permanente	197	259	349
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(478)	275	1.596
Destinações ao FATES	(3.429)	(3.429)	(3.269)
Dividendos SicrediPar	(119)	177	41
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(537.920)	(809.138)	(161.676)
Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez	(64.104)	(212.823)	(103.533)
Aumento em títulos e valores mobiliários	(393.571)	(403.434)	(9.598)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	14.426	(96)	33
Redução em créditos vinculados	206	-	-
Aumento em relações com correspondentes	(166)	(50)	(70)
Aumento em operações de crédito	(131.702)	(298.929)	(211.115)
Redução em relações interfinanceiras passivas	18.835	37.881	15.200
Aumento em outros créditos	(17.899)	(26.584)	(23.402)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	2.848	2.743	(3.547)
Redução em depósitos	6.602	62.363	159.349
Redução em relações interdependências passivas	3.458	1.133	1.009
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	-	-	(15.440)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(1.397)	(3.664)	(2.534)
Redução em outras obrigações	24.544	32.322	31.972
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(492.548)	(717.991)	(72.456)
Aquisição de Investimentos	-	-	(1.193)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(6.224)	(18.363)	(9.162)
Aplicações no Intangível	(3.012)	(8.199)	(7.434)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(9.236)	(26.562)	(17.789)
Integralização de capital	7.663	14.979	13.053
Baixa de capital	(9.635)	(21.263)	(17.284)
Juros ao capital próprio	(142)	(142)	(138)
Distribuição de Sobras	-	(24.004)	(13.060)
Reversão de reservas	-	-	(1.403)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(2.114)	(30.430)	(18.832)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(503.898)	(774.983)	(109.077)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	710.490	981.575	1.090.652
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	206.592	206.592	981.575

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Pioneira RS - Sicredi Pioneira RS ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 28/12/1902 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 06 de fevereiro de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	24.621	27.315
Caixa	24.621	27.315
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	181.971	954.260
Total	206.592	981.575

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiais, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	187.290	26.218
DI entre Cooperativas - Não Ligadas (i)	183.676	26.218
DI entre Banco e Cooperativas	3.614	-
Total circulante	187.290	26.218

Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	132.616	80.865
DI entre Cooperativas - Não Ligadas (i)	116.041	66.683
DI entre Banco e Cooperativas	16.575	6.353
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	7.829
Total não circulante	132.616	80.865

(i) Refere-se basicamente a aplicação que o Banco realiza nas Cooperativas para fornecer liquidez, com taxa de remuneração de 120% do CDI.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2019	2018
Cotas de Fundos de Renda Fixa (i)	384.642	318.089
Cotas de Fundos Multimercado	336.881	-
Total circulante	721.523	318.089

(i) Refere-se a aplicações em operações com Fundos de Investimentos, a qual a cooperativa passou a investir diretamente no ano de 2019. Anteriormente essas operações eram realizadas pela Central, através da Centralização Financeira.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	405.710	334.965	740.675	632.489
Financiamentos	120.983	223.439	344.422	186.390
Financiamentos rurais e agroindustriais	138.143	55.053	193.196	160.485
Carteira total	664.836	613.457	1.278.293	979.364

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	573	-	573	1.647
Títulos e créditos a receber (i)	92.240	27	92.267	64.519
Total	92.813	27	92.840	66.166

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível AA	-	144	93	-	-
Nível A	0,50	682.617	338.377	3.413	1.692
Nível B	1,00	415.497	391.417	4.154	3.914
Nível C	3,00	165.905	226.756	4.977	6.803
Nível D	10,00	53.480	37.852	5.348	3.785
Nível E	30,00	18.056	14.459	5.417	4.338
Nível F	50,00	7.832	8.147	3.916	4.074
Nível G	70,00	7.971	5.959	5.580	4.171
Nível H	100,00	19.631	22.470	19.631	22.470
Total (i)		1.371.133	1.045.530	52.436	51.247

(i) Em 31 de dezembro de 2019 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 448 (2018 - R\$ 410).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2019				Total da Carteira	Total da Carteira
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	9.504	123.231	127.425	182.994	443.154	334.187
Rural	405	15.016	122.722	55.053	193.196	160.485
Industrial	1.353	15.739	25.323	36.846	79.261	86.229
Comércio	1.784	45.536	75.942	110.877	234.139	185.936
Outros Serviços	2.488	75.464	115.717	227.714	421.383	278.693
Total	15.534	274.986	467.129	613.484	1.371.133	1.045.530

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	105.715	7,71	60.907	5,83
50 devedores seguintes	138.962	10,13	110.692	10,59
100 devedores seguintes	122.041	8,90	99.138	9,48
Demais	1.004.415	73,25	774.793	74,11
Total	1.371.133	100	1.045.530	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	51.657	43.631
Constituição de provisão	28.582	28.469
Movimentação de baixados para prejuízo	(27.355)	(20.443)
Saldo final	52.884	51.657

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 16.628 (2018 - R\$ 14.893), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 69.812 (2018 - R\$ 55.739).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	247	280
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.979	1.284
Devedores por depósitos em garantia	5.101	3.767
Impostos e contribuições a compensar	62	462
Títulos e créditos a receber (ii)	92.240	64.510
Cotas de consórcio	892	1.763
Operações com cartões	1.242	1.568
Pendências a regularizar	75	700
Outros	204	262
Total Circulante	102.042	74.596

Títulos e créditos a receber (ii)	27	9
Total não circulante	27	9

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	16.550	19.679
Imóveis	16.480	19.481
Veículos e afins	70	150
Máquinas e equipamentos	-	29
Bens em regime especial	-	19
Material em estoque	-	135
Despesas antecipadas	335	46
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(560)	(646)
Total Circulante	16.325	19.214
Despesas antecipadas	233	-
Total não circulante	233	-

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 560 (2018 - R\$ 646) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	24.166	24.166
Sicredi Participações S.A.	18.423	18.423
Outras Participações e Investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
Total	42.591	42.591

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	5.974.923 ON 12.447.811 PN	5.974.923 ON 12.447.811 PN	2 Quotas	2 Quotas	24.166.284 Quotas	24.166.284 Quotas
Percentual de participação	1,75%	2,09%	1,24%	1,24%	6,20%	6,30%
Capital social	969.491	880.597	164	164	389.851	383.377
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	400.409	393.914
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	5	-
Valor do investimento	18.423	18.423	2	2	24.166	24.166

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019		2018	
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	60.933	(24.307)	36.626	23.846
Imobilizações em curso	-	7.454	-	7.454	2.508
Terrenos	-	75	-	75	75
Edificações	4%	8.141	(2.065)	6.076	5.952
Instalações	10%	13.032	(7.410)	5.622	3.983
Móveis e equipamentos de uso	10%	12.339	(5.261)	7.078	4.075
Sistema de comunicação	10%	667	(321)	346	323
Sistema de processamento de dados	20%	16.842	(8.171)	8.671	5.691
Sistema de segurança	10%	1.212	(325)	887	708
Sistema de transporte	20%	1.171	(754)	417	531
Intangível (i)		37.353	(17.785)	19.568	15.607
Investimentos Confederação		28.860	(16.583)	12.276	13.845
Outros ativos intangíveis		8.494	(1.202)	7.292	1.762
Total		98.286	(42.092)	56.194	39.453

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019				2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	349.975	-	-	349.975	268.947
Depósitos Interfinanceiros	-	17.905	-	17.905	16.897
Depósitos a prazo	57.758	122.528	1.379.183	1.559.469	1.579.142
Total	407.733	140.433	1.379.183	1.927.349	1.864.986

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural	120.551	125.399
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	120.551	125.399
Total circulante	120.551	125.399
Recursos do Crédito Rural	60.302	17.519
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	60.302	17.519
Total não circulante	60.302	17.519

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8% a.a. com vencimentos até 15/12/2029, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Cheques administrativos	305	-
Obrigações por convênios oficiais	6	4
Provisão para pagamentos a efetuar	7.243	7.005
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 15)	6.811	6.536
Outras Contingências	1	1
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	3.459	2.749
Pendências a regularizar	448	756
Operações com cartões	90.198	65.728
Demais fornecedores	1.876	2.157
Credores diversos	3.169	2.271
Total circulante	113.516	87.207

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	6.297	1.567	(1.200)	6.664
Cível	239	231	(323)	147
Total	6.536	1.798	(1.523)	6.811

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	6.664	6.297
Cível	Provável	146	239
Total		6.810	6.536

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 8.692; R\$ 1.265; R\$ 5.136 (2018 - R\$ 9.603, R\$ 1.389 e R\$ 5.122), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	192.876	185.027
Total de associados	155.071	139.462

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 7.849 (2018 – R\$ 7.640), sendo R\$ 14.133 (2018 – R\$ 11.871) via integralização de resultados e R\$ 14.979 (2018 – R\$ 13.053), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 21.263 (2018 – R\$ 17.284).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 4,84% em Conta capital, no montante de R\$ 8.858, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 50% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal de acordo com a definição do Conselho de Administração.

NOTA 17 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2019 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 102 (R\$ 0 em dezembro de 2018), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	85.232	74.997
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(34.093)	(31.499)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	65	20
Provisão resgate de milhas cartão	68	(185)
Brindes e Doações	(125)	(47)
Provisão PPR e Outras Gratificações	(18)	170
Receita com atos cooperativos	27.493	25.946
Juros sobre capital próprio	3.543	3.796
Prejuízo fiscal	925	508
Lucros e dividendos	47	125
Outros	24	24
IRPJ e CSLL Anos anteriores	-	1.699
Subtotal	32.023	32.057
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(2.070)	558

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	319.906	107.083
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	721.523	318.089
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	181.971	954.260
Outros Créditos - Rendas a receber	1.985	1.920
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	1.888	1.299
Investimentos (Nota 10)	42.591	42.591
Intangível (Nota 11)	12.276	13.845
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 12)	17.905	16.897
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	180.853	142.918
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	88.873	63.728
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	34.434	22.679
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	14.524	10.392
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	42.624	65.404
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 17)	102	-
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	1.008	-
Operações de Empréstimos e Repasses	8.397	8.973
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	5.760	5.249
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	21.334	18.889

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	99	0,03%	143
Depósitos a prazo	1.891	0,12%	5.146
Operações de crédito	956	0,07%	550

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	3.396	3.236

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	1.338	1.131
Despesa de aluguéis	5.758	5.401
Despesa de comunicação	2.298	2.403
Despesa de manutenção e conservação	3.076	2.894
Despesa de material	1.271	755
Despesa processamento dados	2.183	1.371
Despesa de promoções e relações públicas	7.712	4.762
Despesa de propaganda e publicidade	5	11
Despesa de seguro	324	414
Despesa de serviços do sistema financeiro	5.957	5.461
Despesa de serviços de terceiros	6.499	3.730
Despesa de serviços de vigilância e segurança	3.347	3.472
Despesa de serviços de técnicos especializados	5.752	3.938
Despesa de serviços de transportes	3.029	2.762
Despesa de viagem	126	87
Despesa de depreciação e amortização	6.394	3.917
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	3.168	2.810
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	3.906	2.534
Outras despesas administrativas	10.940	9.897
Total	73.083	57.750

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	2.120	3.501
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	41.498	63.986
Reversão de provisões operacionais	9.003	8.333
Outras rendas operacionais	4.423	4.250
Total	57.044	80.070

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	7.154	4.346
Contribuições Cooperativistas	131	118
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	1.725	1.008
Contribuição Confederação Sicredi	17.683	15.317
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	1.528	1.613
Encargos da administração financeira	244	423
Repasse administradora de Cartões	722	757
Outras despesas de Cartões	4.202	3.143
Outras provisões operacionais	8.851	9.011
Outras despesas operacionais	4.908	4.189
Total	47.148	39.925

NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	207.085	155.488
Coobrigações em cessões de crédito	106	123
Total	207.191	155.611

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	425.750	380.409
Nível I (NI)	425.750	380.409
Capital principal - CP	425.750	380.409
Capital social	192.876	185.027
Reservas de capital	221.580	181.566
Lucros acumulados	30.862	29.421
Ajustes Prudenciais	(19.568)	(15.606)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.856.518	1.557.678
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	302	603
Margem de Capital (i)	230.514	216.249
Índice de Basileia (PR / RWA)	22,93%	24,42%
Situação de Imobilização (Imob)	36.629	23.848
Índice de Imobilização (Imob / PR)	8,60%	6,27%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Solon Stapassola Stahl
Diretor Executivo
CPF: 494.767.770-87

Eduardo Spier
Diretor de Operações
CPF: 641.569.660-20

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20